

LEI MUNICIPAL Nº 003/2025 - GAB.PREF.,
De 10 de dezembro de 2025

**DISPÕE SOBRE O RATEIO DAS SOBRAS
DOS RECURSOS DO FUNDEB - FUNDO DE
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA
EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO
DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO COM
A APLICAÇÃO DA LEI FEDERAL 14.113/2020
AOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO
MUNICIPAL EM EFETIVO EXERCÍCIO.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ, Estado do
Maranhão,** no uso de suas atribuições legais; faço saber a todos os Munícipes e a quem
interessar possa, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - O Poder Executivo concederá aos profissionais da educação básica
vinculados à Secretaria da Educação, em caráter excepcional, no exercício de 2025, o
abono denominado Abono - FUNDEB, para fins de cumprimento do disposto no inciso
XI, do artigo 212 - A, da Constituição Federal.

Parágrafo único - O valor global destinado ao pagamento do Abono-FUNDEB
será estabelecido em Decreto, e não poderá ser inferior à quantia necessária para integrar
70% (setenta inteiros por cento) dos recursos disponíveis na conta municipal do Fundo
de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos
Profissionais da Educação - FUNDEB, relativos ao exercício de 2025.

Artigo 2º - Poderão receber o abono previsto no artigo 1º desta lei os profissionais
da educação básica, a que se refere o art. 212-A, inciso XI, da Constituição Federal, desde
que em efetivo exercício.

§1º Para fins desta lei são considerados profissionais da educação básica:
docentes, profissionais no exercício de funções de suporte pedagógico direto à docência,

de direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão, orientação educacional, coordenação e assessoramento pedagógico.

I – São considerados profissionais da educação, para os fins desta lei, os profissionais de funções de apoio técnico, administrativos ou operacional, em efetivo exercício nas redes de ensino de educação básica municipal, salvo por disposição em contrário por lei federal.

§2º Não terão direito ao abono:

I – Servidores efetivos que estejam permutados e que prestem seus serviços em outras esferas de governo que não seja a Secretaria de Educação do Município de Barão de Grajaú/MA;

II – Inativos e pensionistas.

III – Funcionários terceirizados e demais prestadores de serviços em atividade nas unidades escolares e administrativas da Rede municipal de Ensino.

IV – Os estagiários da rede oficial de ensino;

Artigo 3º – O valor do abono será pago aos servidores na forma prevista em regulamento, observados os seguintes critérios:

I – Não poderá ser superior a 50% (cinquenta por cento) da remuneração bruta anual do servidor;

II – Será concedido de forma proporcional:

a) à média de carga horária atribuída ao servidor no exercício de 2025, incluída a carga horária suplementar, aferida nos períodos estabelecidos no artigo 6º desta lei;

b) ao número de pontos relativos à frequência individual do servidor, conforme escala a ser fixada em decreto regulamentar, respeitada a frequência mínima de 2/3 (dois terços), aferida durante os períodos de apuração estabelecidos no artigo 6º desta lei.

§ 1º – Caso o servidor seja titular de mais de um vínculo com a Secretaria da Educação, fará “jus”, em face de acumulação prevista constitucionalmente, ao recebimento do valor do abono nos respectivos vínculos, calculado na forma deste artigo.

Artigo 4º – No caso de o pagamento efetuado com base no artigo 3º desta lei ser insuficiente para o fim previsto no artigo 1º, poderá ser paga parcela complementar, desde

que, as somas dos valores das parcelas não ultrapassem 100% (cem por cento) da remuneração bruta anual do servidor.

Artigo 5º – O valor do abono não será incorporado aos vencimentos ou ao subsídio para nenhum efeito, bem como não será considerado para cálculo de qualquer vantagem pecuniária e sobre ele não incidirão os descontos previdenciários e de encargos sociais.

Artigo 6º – Para cálculo do valor a que se referem os artigos 3º e 4º desta lei, será considerado o período de frequência dos profissionais da educação básica entre janeiro e dezembro de 2025.

Artigo 7º – As despesas decorrentes desta lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no orçamento vigente, ficando o Poder Executivo autorizado a abrir, para o corrente exercício, nos termos do artigo 43 da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, créditos suplementares até o limite do montante de 70% (setenta inteiros por cento) dos recursos disponíveis na conta municipal do FUNDEB, relativos ao exercício de 2025.

Artigo 9º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Barão de Grajaú/MA, aos dez dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco.

GLEYDSON RESENDE DA SILVA
Prefeito Municipal